

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados:

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o Inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 17.713/2008, Projeto de Lei nº 17.840/2009 e Projeto de Lei nº 17.813/2009.”

Defiro o requerimento.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para ler o expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza, comunicando sua ausência na sessão do dia 11/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Professor Valdeci, comunicando sua ausência na sessão do dia 12/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Isaac Cunha pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa) Por permuta, o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, nesses últimos dias, o Sr. Governador Jaques Wagner, deputado Heraldo Rocha, foi à mídia dizer que a Oposição na Bahia era uma Oposição sectária, ou fazia oposição por oposição, sem nenhum projeto.

Eu queria lembrar ao governador Jaques Wagner que Oposição sectária quem fez neste Estado foi o PT, que votou contra a Ford, para que esta, deputado João Carlos Bacelar, não viesse para a Bahia; o PT, que aqui na Assembleia votou contra os financiamentos do Banco Mundial para a recuperação de estradas; votou contra o Bahia Azul; o PT, sim, sempre quis fazer uma Oposição sectária e nunca quis o bem da Bahia, deputado José Nunes.

O governador, agora, com mais uma bravata, diz que quer fazer a ponte Salvador-Itaparica. Nós não somos contra a ponte Salvador-Itaparica, só que nós temos, deputado Zé Nunes, prioridades. Salvador não tem metrô. Salvador, deputado Heraldo Rocha, não tem transporte de massa. O governador, agora, anuncia um corte no Orçamento, que na educação é de 26,9 milhões; na Sedur, 33,3 milhões; na Secretaria de Desenvolvimento Social, 18,13 milhões; na de Indústria e Comércio, 9,6 milhões; na de Meio Ambiente, 5,1 milhões e na da Saúde, 47 milhões. E vai para a mídia dizer que vai lutar pela ponte Salvador-Itaparica.

Ora, o governo está tirando dinheiro da saúde, da educação, no Estado, a dengue assola, a meningite, deputado João Carlos Bacelar, volta a ocupar índices preocupantes. O governo que os jornais dizem que virou o holocausto da segurança pública. São mortes e mortes, e o governador quer tapear os baianos, quer tapear a sociedade com a ponte Salvador-Itaparica.

Ora, meus senhores, este governo precisa trabalhar, este governo precisa parar de discurso político e trabalhar. A Bahia não aguenta mais propaganda mentirosa e bravata. A ponte é importante, sim, mas antes dela vamos resolver a violência, a dengue, a meningite. Vamos resolver, deputado João Carlos Bacelar, as mortes nas

escolas. Cada dia, agora, morre um jovem nas escolas públicas do nosso Estado. E parece que nada existe.

O governador, querendo tapear e enganar os baianos, vem com discurso de ponte Salvador – Itaparica. Ora, meus amigos, a Bahia está precisando de ações efetivas nas áreas essenciais. A ponte é importante? É, deputado Adolfo, mas pode vir depois.

Para concluir, Sr. Presidente.

O governador precisa trabalhar. Este governo precisa honrar os compromissos feitos em campanha e parar de prometer. Precisa pagar as contas do Estado; não pode continuar enganando e ludibriando a sociedade baiana. Basta de tanta enganação.

Faço aqui um apelo: governador, bote seu governo para trabalhar, porque a Bahia não precisa de propaganda, precisa de trabalho!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã estive no bairro de Vila Canária, aqui na capital. E como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública fui à Escola Estadual Filadélfia, local onde foi assassinado no último dia 23 o estudante Luan Bispo dos Santos, de 18 anos. Ele cursava a turma especial de aceleração de 5ª e 6ª séries, quando cinco homens armados invadiram a escola, o mataram e feriram o aluno Hamilton Santos dos Reis.

A diretora da escola, professora Flávia Barbosa, está chocada, assim como toda a comunidade, porque nem ela nem a comunidade imaginavam que a violência fosse invadir a escola.

No governo Wagner a violência invade casa, escola e igreja! Veja, deputado Fernando Torres, o assassinato na porta da Igreja dos Capuchinhos, domingo passado, em Feira de Santana.

E o mais grave é que os jovens, segundo a diretora, estão tão habituados com a violência, que parece que já superaram o ocorrido. Perguntei à diretora como era o dia a dia na escola, e ela disse que durante os 9 anos de fundada nunca havia acontecido violência desse nível lá. Então podemos encarar o triste assassinato como um fato isolado.

Agora, deputado Waldenor, o que não pode ser considerado fato isolado é a condição da Escola Estadual Filadélfia. Funciona num prédio, aliás, numa casa alugada. Uma escola estadual, em plena capital da Bahia, funciona há 9 anos numa casa alugada! O espaço de lazer dos jovens e das crianças não supera 30 metros quadrados.

E hoje, dia 31 de março, essa escola ainda não tem 15 professores. Isso ocorre porque o governo do Estado não tem dinheiro para a educação. Mas tem dinheiro

para patrocinar trem da alegria e propagandas descabidas. Em pleno terceiro mês do ano, faltam 15 professores na Escola Estadual Filadélfia. E cadê o secretário da Educação? Deve estar atrás de idosos com mais de 90 anos, para que o governador venha à Assembleia e diga que a grande realização do seu governo na área da Educação é ter alfabetizado um idoso com mais de 90 anos.

É esse o governo medíocre que expõe a Bahia no ridículo, porque o governador só sabe fazer politicagem, a exemplo da que está fazendo neste momento na área do Fisco (palmas), porque, com certeza, pela maioria absoluta que o governo tem nesta Casa pode ser que hoje aprovemos este Projeto de Lei, que, entretanto, cairá na Justiça e fará com que a arrecadação do estado da Bahia decresça cada vez mais.

Um secretário despreparado para a função! Um secretário que já é o culpado pela Bahia não cumprir as suas obrigações no que tange ao ajuste fiscal e ter perdido o controle sobre as suas finanças! Enquanto isso, o governador pensa na ponte Salvador-Itaparica, a qual não tem nem estudo de viabilidade econômica nem nenhum outro, a não ser a vontade da primeira-dama, que, num momento de lazer, solicitou ao presidente Lula que construísse a referida ponte.

É este o estado, é esta a administração a que os baianos estão subordinados, uma administração que não tem planejamento, não tem compromisso com a redução das desigualdades sociais...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) e vive de estalos da primeira-dama, dona Fátima Mendonça.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, o nobre deputado pelo PC do B Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria, inicialmente, saudar os fazendários representados tanto pelo Sindsefaz (palmas) quanto pelo IAF e dizer que, hoje, teremos esse grande debate, sem dúvida nenhuma, grandes discussões e, ao final, uma decisão sobre o projeto do Fisco, assunto sobre o qual voltarei a falar em outra oportunidade.

Em seguida, gostaria de destacar a visita que eu, o deputado Edson Pimenta e o deputado Daniel Almeida fizemos às cidades de Correntina e Bom Jesus da Lapa, no Oeste baiano.

Estamos no mês de comemoração dos 87 anos do nosso partido, o Partido Comunista do Brasil, que vem crescendo e, cada vez mais, ampliando as suas bases em todas as regiões do nosso Estado, onde temos 18 prefeituras, 150 vereadores.

Ontem, estivemos em Correntina, que está completando 71 anos, onde observamos um grande desenvolvimento com a administração do PC do B. Lá o prefeito Maguila tem realizado muitas ações no sentido de promover o desenvolvimento não só de Correntina mas também de toda a região.

Correntina é uma cidade que tem um potencial econômico e turístico muito grande. Foram inauguradas várias obras e promovidas várias ações com o objetivo de

promover a geração de emprego e renda naquela cidade. E na Lapa tivemos o ato de filiação Romeu Tisig, grande liderança de Bom Jesus da Lapa, que agora se incorpora às fileiras do Partido Comunista do Brasil.

Na realidade, a região Oeste vai virar uma região vermelha. Já temos Serra do Ramalho, Correntina, lideranças em várias cidades, vereadores, a presidente da Câmara de Vereadores de Barreiras, Kelly Magalhães, e agora a liderança em Bom Jesus da Lapa. Vamos transformar aquela região em uma região vermelha, porque nós teremos um desenvolvimento muito grande e, sem dúvida nenhuma, será uma situação promissora para a região.

O partido cresce, desenvolve-se, enraíza-se e ganha cada vez mais adeptos na Bahia inteira, mas naquela região, que tem um potencial muito grande, a perspectiva é muito boa. Por isso nós não poderíamos deixar de passar nas cidades de Correntina e Bom Jesus da Lapa para receber novos militantes e também para parabenizar uma das melhores administrações daquela região, a administração do nosso camarada do Partido Comunista do Brasil Maguila. Ele tem feito uma administração transparente, democrática, de ação, e tem contado com o suporte de parlamentares aqui na Assembleia Legislativa, como o deputado Edson Pimenta, eu próprio, o deputado federal Daniel Almeida e vários outros companheiros de nosso partido que têm participado, orientado, discutido e contribuído para a administração daqueles municípios.

Portanto, eu queria parabenizar o povo de Correntina, povo hospitaleiro de uma cidade com grande potencial turístico e econômico. Vários são os problemas que existem lá, mas, sem dúvida nenhuma, vamos buscar soluções para os graves problemas daquele município, entre os quais está a questão da delimitação das áreas entre os Estados de Goiás e da Bahia. Isso tem gerado um grande problema, uma grande dificuldade, mas estamos empenhados na resolução desse problema para que o território da Bahia seja preservado e não seja tomado pelo Estado de Goiás.

Estamos nessa luta em defesa da população daquela região e queremos parabenizar o prefeito e toda a população de Correntina. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de pedir ao Líder da Maioria que indique outro deputado para compor a Mesa, desde quando o próximo orador é o deputado Adolfo Menezes.

Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendários que estão mais uma tarde nesta Casa, esperamos que esse projeto seja votado hoje, sem problema, logo mais à noite. Nesta tarde, deputado Heraldo, vou falar da criminalidade e de tantos assassinatos que estão ocorrendo em nosso Brasil, em nosso Estado, com os quais ninguém mais se assombra. Acho que a população como um todo já se acostumou com tanta valência. Nesse último domingo, só para citar um caso mais emblemático, no Rio de Janeiro, uma garota de 20 anos, saindo da igreja com seus pais, com a Bíblia, depois de ser assaltada, foi pedir o crachá do estágio que

tinha iniciado há pouco tempo em uma empresa do Rio de Janeiro. O bandido, que segundo os telejornais de hoje já foram identificados, simplesmente, com a moça de costas, atiraram em sua cabeça.

Às vezes eu me pergunto: aonde vamos chegar? Ao mesmo tempo a gente já sabe qual é a resposta, o nosso País separado em guetos, através de condomínios, muitos já construídos em nosso País, em nosso Estado, onde, praticamente, todos se estão isolando. Nesses condomínios já existem escola, clube e mercado para que viva-se isolado, porque não se pode mais nem ir à igreja rezar.

Em Feira de Santana, no final de semana, mataram o noivo, que estava fazendo o curso para se casar. Nem a igreja estão respeitando mais.

Está na hora de agirem os deputados federais, que têm a obrigação de fazer as leis deste País. Mas eles só agem por pressão, só agem quando a imprensa toda fala de alguns casos absurdos, mais absurdos do que o que vemos todos os dias, como 1 ano atrás o caso daquele menino João Hélio, que foi arrastado barbaramente pelas ruas do Rio de Janeiro. Mas esse já passou, pois a cada dia surge um caso mais novo, e tudo vai ficando para depois.

Todos os dias acontecem barbaridades que alguns querem debitar ao desemprego, à pobreza. Mas nós temos, deputado Javier Alfaya, a Índia como exemplo – claro que existem culturas mais complexas para fazermos a comparação –, cuja maioria de sua população, de mais de 1 bilhão de habitantes, é composta de pobres vivendo na miséria, talvez seja o país mais honesto do mundo em se tratando do que temos aqui, no Brasil.

Então, o Congresso Nacional tem a obrigação de endurecer essas leis para botar esses marginais na cadeia e não dar tanta liberdade aos mais perigosos bandidos do País. Todos tiveram a oportunidade de assistir domingo no Fantástico o Sr. Marcola e outros dos quais não recordo o nome fazendo terror dentro do presídio de segurança máxima, deputado Gildásio. Coisa absurda, a polícia, para tirá-lo da cela, precisa de 20, 30 soldados. Mesmo com aquela proteção, ficam com medo dentro da cela.

Então, é preciso agir com rigor, colocando esses marginais, animais que não têm mais conserto, no lugar devido, e não com essa mordomia, custando de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil por mês, que é o custo de um preso numa prisão dessas, enquanto não temos saúde, não temos UTI, não temos escola para a maioria do nosso povo.

É preciso que o Congresso Nacional e que o Judiciário hajam com rigor para que possamos melhorar essa situação.

E no Grande Expediente falarei desse assunto que está tão em moda, que é a pedofilia. Vemos animais...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Não creio que aquele que se diz pai, não creio que um adulto que tem a coragem de estuprar uma filha, uma criança de 9 anos, ou de 7 anos, pode ser chamado de humano. Essa é a minha posição. E para animal só há um caminho.

No Grande Expediente, eu concluirei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ocupantes das Galerias, a minha fala nesta tarde é para fazer uma homenagem a alguém que muitos de vocês conhecem e que fez parte do quadro do Estado justamente na pasta que vocês ocupam hoje.

(Lê) “Uma notícia vem causando grande apreensão aos militantes e dirigentes do Partido dos Trabalhadores na Bahia: o desaparecimento, em condições suspeitas, do bravo militante e advogado Deodato Gouveia de Astrê.

Deodato, como é popularmente chamado, desapareceu no dia 13 de outubro de 2008, na localidade de Cacha Pregos, no município de Vera Cruz.

O desaparecimento de Deodato ocorreu após ele divulgar material de cunho político em que faz duras críticas ao ex- gestor municipal de Vera Cruz, e, por conta deste e outros fatos, este desaparecimento contém indícios de motivação política.

Deodato Gouveia de Astrê, auditor fiscal, aposentado do Estado da Bahia, é parte da história política baiana, sendo inclusive um dos primeiros presidentes da ABES - Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas.

Deodato nunca se curvou diante do autoritarismo e da truculência política e pode ter sido vítima daqueles que sempre combateu. Era um militante combativo, dedicado ao fortalecimento da democracia na Bahia.

A Polícia Civil está investigando o seu desaparecimento. O governador do Estado, Jaques Wagner e o secretário de segurança, César Nunes, estão empenhados na solução deste caso, que, tudo indica, foi um assassinato motivado pelas denúncias que Deodato vinha fazendo e pelo seu empenho nas últimas eleições municipais.

Quero deixar muito claro que eu e o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, não descansaremos enquanto não forem encontrados e punidos os responsáveis pelo assassinato de Deodato.

É que Deodato deu a sua vida pelo nosso partido, o Partido dos Trabalhadores e o nosso Partido não deixará barato este tipo de arbitrariedade este tipo de atitude medieval que não cabe em um Estado democrático de direito.

Deodato era um dos nossos e sempre será. E o PT tem a obrigação de exigir a punição dos culpados para, que outros militantes dos movimentos populares não sejam assassinatos por defenderem a emancipação das classes populares, a democracia e a dignidade da pessoa humana.

Portanto, quero dizer aos colegas de Deodato na Secretaria da Fazenda, nos movimentos sociais e no PT, que, em honra da sua memória, estarei aqui, na tribuna desta Casa Legislativa, para cobrar a punição dos envolvidos na morte do bravo Deodato Gouveia de Astrê.”

Esse homem que teve a sua vida dedicada às lutas dos movimentos, um homem que ao longo da sua trajetória primou pela justiça social, que sempre esteve envolvido

nas causas dos oprimidos, um homem que, na sua sensibilidade poética, sempre esteve voltado para aqueles que mais precisavam dele.

Portanto, viva Deodato Gouveia de Astrê! que se estivesse vivo estaria apoiando a causa daqueles que dizem, sim. Viva o nosso grande companheiro Deodato, presente agora e sempre!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Gaban. (Palmas)

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, galeria presente, gostaria de registrar a presença mais uma vez, muito marcante, do IAF, toda a sua diretoria, dezenas de auditores fiscais, a presença também do Sindsefaz, a presença dos senhores da Secretaria da Fazenda que enriquece a Assembleia Legislativa da Bahia.

Na semana passada, Sr. Presidente, algumas pérolas pudemos colher e observar aqui na Assembleia. Observei, inclusive, parlamentares dizendo que tinham vindo aqui no intuito de discutir o projeto oriundo da Secretaria da Fazenda, estavam preparados para isso, mas não me concederam nenhum aparte. E via-se mesmo parlamentares dizendo que vieram preparados, trazendo inclusive frutas para cá, para discutirem o projeto.

Ouvi outra pérola de parlamentar dizendo que esse projeto teria sido encomendado ao Ministério Público, já que esse Ministério tinha dado um Parecer pela inconstitucionalidade do projeto. Ouvi dezenas de pérolas, gostaria de destacar uma delas, deputado Álvaro Gomes, que até gente de uma SA, Baneb, poderia se ingressar no serviço público estadual já com SA, as atribuições e o que rege o funcionamento de uma SA são totalmente diferentes do estatuto dos servidores públicos. Até isso ouvi como se algo normal.

O que chama mais a atenção vou detalhar bastante, vou trazer novidades, deputado Álvaro Gomes. Quero fazer um elogio, já que foi aniversário do PCdoB, à luta iniciada, e foi questão fechada do PCdoB quando da Constituição do nosso País, em 1988. O deputado federal, presidente do PCdoB, Haroldo Lima, iniciou no Congresso Nacional uma luta, deputado Javier Alfaya, e um dos pontos fundamentais do PCdoB àquela época foi para que não se permitisse mais neste País que servidores públicos entrassem para o serviço público sem concurso público (Palmas.)

Essa foi a luta do PCdoB, uma luta que depois os partidos da esquerda, o PT e os demais, encamparam também (Palmas, muitas palmas.). O mérito, deputado Javier Alfaya, é que V.Ex^a agora aplaude (Palmas, muitas palmas). Espero que este comportamento, para que V.Ex^a. Deputado Javier Alfaya e deputado Álvaro Gomes (Palmas, muitas palmas.)... V.Exas. que defendem e representam o PCdoB na Assembleia Legislativa, não criem um constrangimento para o partido que defendeu e

colocou na Constituição Federal o art. 37, o qual estaria sendo desrespeitado...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de pedir silêncio ao Plenário e às galerias. Deputado Gaban, só um minuto, gostaria de pedir silêncio a todos desde quando tem um orador na tribuna, não estamos num estágio de futebol para ter aplausos (Palmas).

O Sr. GABAN:- Gostaria de dizer, deputado Álvaro Gomes e deputado Javier Alfaya, que V.Ex^{as}, através do vosso Partido, do líder e presidente do partido, Haroldo Lima, que conseguiram colocar na Constituição Federal o art.37, estão desrespeitando a luta do partido que representam nesta Casa (Palmas).

Não gostaria de que o eminente presidente do vosso partido estivesse aqui, porque no mínimo estaria envergonhado, pois lutaram para que na Constituição fosse incluído um artigo que não permitisse mais no País, repito, a incursão, o *up glade* de um cargo para o qual não precisa de concurso público.

Espero que V.Ex^{as}, deputado Álvaro Gomes e deputado Javier Alfaya, façam um exame de consciência para ver a luta que vem desde 1988, e já vinha muito antes pelo partido de V.Ex^a, desenfreada assumida pelo presidente do vosso Partido, o PCdoB, que tem uma história que não pode ser rasgada de uma hora para outra por desrespeito ao que V.Ex^{as} com muito esforço conseguiram incluir na Constituição Federal.

Respeitem o art.37, porque o Brasil inteiro está respeitando e as jurisprudências todas são nesse sentido (Palmas.).

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros da Secretaria da Fazenda que nos dão a honra de participar conosco desta sessão. Sr. Presidente, a posição da Bancada da Minoria já é clara e cristalina com relação a esse projeto.

Lembro-me do meu tempo de acadêmico de Medicina quando leio essa faixa: “Trem da alegria da Sefaz merece o 31 de março, ou seja, o golpe. (Palmas)

Sr. Presidente, ontem, no início da sessão, tratei de um grave problema que atinge as nossas prefeituras: a crise econômica e financeira do nosso País - cujo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que era uma marolinha –, que está sofrendo com a queda da arrecadação.

É bom até que tratemos desse assunto com a presença desta ilha de excelência do Estado, que é o corpo de funcionários da Secretaria da Fazenda – auditore e agentes de tributos – que são os responsáveis pelo que ocorre nos municípios, pois o Estado é etéreo, as coisas ocorrem nos municípios, onde a Educação, por exemplo, vai mal.

Acabo de receber um *e-mail* de Itapetinga relatando a grave situação dos colégios estaduais e da UESB – a respeito dos quais farei um relato, posteriormente –, onde não há professores de Zootecnia, Pedagogia, Engenharia de Alimentos,

Engenharia Ambiental, Química e Biologia, os quais ainda estão sendo contratados pelo Reda para dar aula, assim como fazem na UEFS e em outras universidades estaduais.

Mas, Sr. Presidente, para se ter uma ideia da situação, anotei alguns tópicos:

(Lê) “A queda de 25% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras, nos três primeiros meses do ano, vem provocando efeitos negativos nas cidades brasileiras, e nesse contexto se insere a nossa Bahia. A isso soma-se o aumento do salário mínimo, que juntos vem causando um forte impacto nas finanças das prefeituras a ponto de provocar, na maioria delas, o atraso no pagamento dos funcionários e o repasse do duodécimo às Câmaras de vereadores.”

Se não bastasse isso, (lê) “conforme dados da Secretaria da Receita Federal, o desempenho da arrecadação das receitas administrativas apontou para uma queda da ordem de 8,5% no primeiro bimestre de 2009”. Se não bastasse também uma queda, nesse período, das receitas administrativas na produção industrial superior a 17%, esses aspectos refletem diretamente nas finanças dos municípios, faz despertar a renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS, um drama que atinge a todos esses aspectos que estão sendo tratados pelo Planalto como se não fossem um direito das prefeituras.

A Confederação Nacional dos Municípios afirma que é necessário um encontro de contas entre a alegada dívida de 4.628 municípios com o INSS, que hoje é estimada em R\$ 22,2 bilhões, e a dívida do instituto para com a totalidade dos municípios brasileiros, a qual já chega a R\$ 25,4 bilhões. O acerto mostraria que os municípios brasileiros estariam credores de R\$ 3,2 bilhões da União.

O governo federal não tem repassado os restos a pagar de 2006, 2007 e 2008, e hoje os municípios não podem firmar um convênio tanto com o governo federal como com os governos estaduais, porque a maioria, 97%, segundo informações da União das Prefeituras da Bahia, encontra-se inadimplente com o Estado e a União.

Portanto, Sr. Presidente, teremos tempo hoje para tratar, com maiores detalhes, a respeito deste projeto do Fisco que tem movimentado a Secretaria da Fazenda e esta Casa. Acredito que com serenidade, com respeito a todas as categorias...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou concluir.

(...) chegaremos a um bom termo na votação, hoje, deste projeto tão importante para a tranquilidade da área fazendária do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Presidente, deputadas, deputados, companheiras e companheiros, funcionários da Fazenda tanto os agentes de tributos como os auditores fiscais, duas categorias que merecem todo o nosso respeito, carinho e admiração, de fato, foi o trabalho dessas duas categorias e mais o restante dos

funcionários da Secretaria da Fazenda que são os que trabalham no setor administrativo, sempre é bom lembrar deles, nunca esquecê-los, porque eles fazem parte da estrutura de trabalhadores da Secretaria da Fazenda, (Palmas)

eu, desta vez, concordo plenamente com os deputados Heraldo Rocha e Gaban.

Acredito que a Secretaria da Fazenda alcançou um nível de qualidade que é exemplo para o restante do funcionalismo do nosso Estado em eficiência. É uma referência, inclusive, em plano nacional, graças a uma série de medidas que foram tomadas anteriormente e agora, também, neste governo que vem aperfeiçoando o que já de bom se fazia e deixando de lado o que de mal se fazia, tornando o serviço mais produtivo, especialmente tomando medidas de justiça dentro do corpo de funcionários, como é o caso das medidas relativas à remuneração do segmento que não se encontra presente nesta sessão, mas que é muito importante e sempre faço questão de realçar a participação deles nesse processo, os agentes administrativos.

Terei tempo no transcorrer da tarde para reafirmar minha posição histórica pelo que vi, pelo que percebi em conferências, em debates, em congressos da categoria que é opinião da maioria esmagadora tanto de agentes quanto de auditores da Fazenda.

(As Galerias se manifestam.)

Sr. Presidente, estou fazendo um discurso respeitoso, não estou agredindo ninguém nem segmento algum, então, espero que meu tempo seja preservado e não interrompido por vaías. O que estou dizendo aqui é o que penso ser verdadeiro. Acredito que é isso mesmo.

Tenho participado, desde quando era vereador, de inúmeras atividades convocadas pelo Sindsefaz e sempre percebi que havia essa luta e essa polêmica, entretanto a esmagadora maioria das duas categorias é a favor deste projeto. (Palmas)

Respeito, como disse na outra vez, muito o IAF, embora eu, evidentemente, simpatize e apoio a unidade sindical. Reconheço, também, a unicidade sindical por categoria que é direito dos trabalhadores se quiserem se organizar, o que não pode haver é confusão quanto àquele que representa a unidade da categoria que é o Sindsefaz. (Palmas) Mas podem existir institutos culturais e associações, eu, mesmo, sou filiado ao Sindicato dos Arquitetos e também sou filiado ao Instituto dos Arquitetos. Duas coisas não se confundem, são duas organizações que podem se complementar.

Eu considero que o projeto de lei é um avanço para o nosso Estado e vai aperfeiçoar a máquina administrativa, tanto é que vamos corrigir um erro deixando de ser um Estado ao lado do Piauí, que não resolveu ainda essa deformação que existe na estrutura e funcionamento da Fazenda, que é de boa parte dos agentes de tributos exercerem funções que são também, ou deveriam ser exercidas na prática pelos auditores, entretanto eles não recebem remuneração condizente com a importância dessa tarefa que é tão nobre, que é tão digna e que é tão típica dos auditores, mas que também é exercida e efetivada pelos agentes.

(Palmas)

Eu, portanto, considero e acho estranho as formulações agressivas que têm

aparecido em cartazes e mesmo em formulações de algumas lideranças, e talvez num outro excesso verbal que se comete aqui no Plenário.

Eu, desde o começo, aposto no aperfeiçoamento da máquina da Fazenda, acho que esse projeto em nada invade as competências de outra categoria. O projeto estabelece bem claramente o que cada uma pode fazer, amplia as prerrogativas e as tarefas dos agentes de tributos, mas amplia reconhecendo o que eles já fazem, não há nenhuma invenção, é apenas o reconhecimento daquilo que já é feito, na prática, pela categoria.

(Palmas, muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Ex^a.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Então, não é nenhuma invenção, deputado Fernando, do governo Wagner nem do secretário Carlos Martins. Não se trata de inventar, trata-se de ajustar à realidade, fazendo justiça com aqueles que trabalham e que por seu trabalho têm que ser adequadamente, e com justiça, remunerados.

Não considero, portanto, que haja trem da alegria. Quero agradecer os elogios a Haroldo Lima, que o companheiro, colega Gaban fez, mas agradeço dizendo que o PC do B por ser coerente com o que fez em 1988, apoiando a luta dos funcionários, mantém sua coerência agora em 2009 votando a favor desse projeto, porque ele é a continuidade da nossa coerência e da nossa luta.

(Os auditores fiscais dão as costas para o Plenário)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Grande Expediente. Não há orador.
Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Javier Alfaya e por 4 minutos o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 6 minutos o deputado Javier Alfaya.

(Os auditores fiscais dão as costas para o Plenário.)

O Sr. JAVIER ALFAYA:- No projeto, presidente, há um quadro anexo que indica que do total de 980 auditores fiscais, 54% estão exercendo atividades de fiscalização, sendo que 28% deles, em médias e pequenas empresas; 14% na fiscalização de grandes empresas e apenas 12% nos postos fiscais e unidades volantes. Já 71% dos agentes de tributos estão em atividade de fiscalização, estão lá na ponta, sendo que deles 52% atuam em postos fiscais e unidades volantes. É a turma que fica, por exemplo, nas fronteiras, no limite do nosso Estado com o Espírito Santo; no limite do nosso Estado com o Estado de Pernambuco, enfrentando, inclusive, situações de violência e agressão por parte, como já aconteceu, do crime

organizado, na região de Juazeiro na época da fiscalização do comércio da cebola, anos atrás. Então, 52% dos agentes atuam em postos fiscais e unidades volantes, 18% na fiscalização de médias e pequenas empresas e apenas 1% no apoio de fiscalização a grandes empresas.

Portanto, não há nenhuma ameaça aos auditores que trabalham nas grandes empresas, que parece ser uma área bastante querida, bastante disputada em termos de trabalho e de vontade de produzir. (Palmas)

Portanto, eu espero que o deputado Gaban esteja me ouvindo, apenas 1% dos agentes de tributos trabalham nas grandes empresas. Portanto, eles em nada ameaçam, embora eles estejam de costas, estão me ouvindo bem. Os agentes de tributos, com toda educação e respeito que mantenho com eles estão me ouvindo de frente, infelizmente os demais estão de costas, mas certamente os ouvidos deles estão funcionando bem...

(Muitas palmas nas galerias.)

(...) Eu gosto de falar olhando nos olhos.

Presidente, V.Ex^a que é deputado, foi vereador em Feira de Santana, já deve ter ouvido esse elogio por parte dos eleitores: eu gosto do senhor porque o senhor olha olho no olho, não é verdade? Isso é muito importante para os políticos e para aqueles que nos procuram. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Excelência, bater palmas pode, é claro, é um elogio. Agora, durante a sessão inteira baterem palmas, ninguém vai poder falar. Eu peço que quando baterem palmas, parem no momento certo. Eu não estou querendo perseguir as palmas de ninguém, eu quero apenas dar ordem à sessão.

Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Então, eu insisto, deputado Heraldo Rocha, apenas 1% dos agentes de tributos está no apoio à fiscalização de grandes empresas. Portanto, não há nenhum risco de ocupação, digamos assim, do mercado de trabalho ou da principal área de ocupação e interesse dos auditores fiscais. Portanto, há um tremendo respeito pelos auditores fiscais.

(Lê) *“Com o projeto será possível o melhor aproveitamento dos auditores fiscais na fiscalização das médias e grandes empresas,- que é o que eles querem, que é o que eles pretendem aprofundar-, e dos agentes de tributos na fiscalização dos postos fiscais e unidades volantes, sem qualquer deslocamento significativo das suas atuais lotações. Com as modificações nas atribuições será evitado o retrabalho e a organização das atividades observará o nível de complexidade”.*

Portanto, não há confusão conceitual entre o que é a carreira dos agentes de tributos e o que é a carreira dos auditores fiscais, não há nenhuma confusão, assim como não há nenhuma confusão nos outros 25 Estados em que já foi feita essa correção e essa justiça com os agentes.

(Lê) *“O modelo resultante dessas mudanças já existe com algumas mudanças, variações, nuances em 25 Estados da nossa Federação. Além disso, certamente serão mantidas as carreiras específicas de auditores e agentes de tributos estaduais, com a escolaridade superior exigida desde 1978, em 2002”.*

Quer dizer, a partir de 2002 todos os agentes de tributos são de nível superior. (Palmas). Todo mundo que entrou, a partir de 2002, é obrigatório, eu estou dizendo aqui. Eles se viraram agora e falaram comigo. Muito obrigado por terem se dirigido. (Palmas). Então, a escolaridade fica exigida, não há nenhuma alteração, a partir de 2002 isso já é garantido, todos os concursos exigiram nível superior para os agentes.

“(...) E inalterada a proporcionalidade na remuneração entre as carreiras fiscais”.

Então, vejam os senhores da Imprensa, não há nenhuma ameaça de aproximação inadequada entre a remuneração daqueles que ganhem menos, que são os agentes de tributos, daqueles que ganham mais. Eu, aliás, não quero crer que exista uma parcela de categoria de funcionário público que tem medo que aqueles que ganham menos se aproximem deles, porque, afinal de contas, todos deveríamos ser companheiros e companheiras na luta por melhor remuneração. Está certo? (Palmas). Não há nenhum risco de aproximação inadequada a ponto de fundir os níveis salariais de uma categoria ou de outra.

Assim, será possível identificar com muita clareza eventuais carências de servidores para que possam ser realizados novos concursos e assim preencher as vagas necessárias da Secretaria da Fazenda.

Portanto, eu não vejo confusão alguma, não há nenhuma inadequação, não há nenhum trem da alegria, ninguém está transformando quem tem nível médio em nível superior de canetada, isso não seria correto. Eu fico até magoado quando ouço, quando vejo alguns deputados falarem coisas desse tipo; trem de alegria, não é isso.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Excelência, o próximo horário é do PCdoB, do deputado Álvaro Gomes. Se ele passar o horário para V.Ex^a, continuam os 4 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Obrigado, companheiro Álvaro Gomes. (Palmas). Como o deputado Álvaro é campeão das falas aqui ele concede um pouquinho do seu tempo sem nenhum prejuízo no brilhantismo da performance dele aqui no Plenário.

Mas vejam só, eu dizia que com isso nós estamos tomando uma medida que ao invés de ser vista com espanto ou com reação deveria ser vista com simpatia, absorvendo essa proposta do governo Wagner, que é uma proposta que vai ao encontro do que pleiteia a Federação dos Trabalhadores do Funcionalismo Público - Fetrab -, ao que defende a maioria esmagadora das entidades, das organizações sindicais.

Espero que, no final das contas, haja bom senso no raciocínio de algumas lideranças aqui presentes e que possamos ter, ao invés de um conflito depois da aprovação - acredito que na tarde de hoje teremos uma vitória do projeto -, (Palmas) um clima de entendimento.

Quero, inclusive, dizer, deputado e presidente Fernando Torres, que parecer do Ministério Público, opinião da OAB, representação junto ao Ministério Público, opinião de alguma personalidade jurídica, não é decisão judicial. Não temos, até então, nenhuma decisão do STF que contrarie o conteúdo deste projeto. O que houve, sim, foram decisões que alteraram artigos de projetos aprovados no Estado do Ceará,

três artigos de um projeto de lei que virou lei, e a lei não foi derrubada pelo STF, ela implicou na alteração desses três artigos mas não no fim da lei, na revogação dela. Portanto, não há nenhum histórico na Justiça que dê respaldo à ideia da rejeição de votação contrária a esse projeto.

Espero que a tarde de hoje transcorra sem agressões verbais, que possamos chegar ao momento decisivo da votação e sair para comemorar mais uma vitória do sindicato do funcionalismo e do governo Wagner. (Palmas)

Mas, Sr. Presidente, nos dois minutos que me restam, mudo de assunto para lhe dizer que tenho o prazer de comunicar a V.Ex^a, à Assembleia e à imprensa aqui presente que recebi um prêmio, há 2 semanas na cidade de Curitiba, da Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social em função da minha labuta a favor da integração latino-americana. Foi dentro do 34º Painel Latino-Americano de Integração.

A Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social é uma organização que existe há 30 anos, deputados Fernando e Álvaro. E, naquela oportunidade, tivemos a presença do secretário da Indústria e Comércio e da secretária da Saúde do governo Requião, do Estado Paraná. Naquele painel que se dedicou à questão da saúde e da integração latino-americana, discutiu-se a situação da dengue em vários países vizinhos, no Brasil também, e outros problemas da saúde pública.

Quero, deputado Álvaro, V.Ex^a que também é militante de solidariedade dos pobres, dizer-lhe que esse reconhecimento através do prêmio se deve também à minha atuação nesta Assembleia.

Então, quero agradecer também a Assembleia Legislativa por ter sido palco desse esforço desenvolvido por mim, pelo companheiro Álvaro Gomes e por outros tantos companheiros em função da integração sul-americana.

Vejo com muito bons olhos a chegada, no mês de maio, de uma delegação da Venezuela, convidada pelo nosso governador Jaques Wagner, que virá aqui para discutir a possibilidade da construção de uma segunda refinaria de petróleo, firmar convênios com órgãos das áreas acadêmico-universitária, cultural e outras áreas econômicas.

Acredito que a integração latino-americana, especialmente a Unasul que é o projeto que o Brasil apresentou de integração dos 12 países da América do Sul capitaneado pelo Mercosul, pelo Parlamento Latino-Americano – Parlatino -, pela União das Nações Sul-Americanas - Unasul -, proposta por Lula...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...) Todos esses conjuntos de atividades, presidente Fernando Torres, vem dando certo e está construindo uma outra realidade na América do Sul sonhada pelos líderes que lutaram contra a colonização europeia que dominava isso que chamamos de subcontinente americano que é a nossa América do Sul.

Fico muito agradecido pelo prêmio que recebi em Curitiba. E quero compartilhar esta conquista não como sendo uma coisa minha apenas, do meu mandato, mas também desse clima avançado que estamos conquistando na Bahia

com o governo Wagner, um governo democrático, que estimula a participação, que abre novas perspectivas progressistas e avançadas para a Bahia e pela atuação renovada que temos na Assembleia que deixou de ser aquela Assembleia que não recebia sindicalismo, que não recebia o debate popular...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, Excelência.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- (...) não recebia representação da sociedade baiana. Hoje, é uma Assembleia aberta, dinâmica. Só falta uma coisa, Pedro Alcântara, na Assembleia para que ela consiga um patamar mais elevado, é que a nossa Assembleia vote projetos de importância dos deputados e dos partidos com assento nesta Casa. Com todo respeito ao Executivo, temos que votar projetos do Executivo, mas esta Casa precisa olhar com mais carinho, com mais atenção, com mais decisão para os projetos, nascidos aqui dentro, de deputadas, deputados, de comissões técnicas e de bancadas partidárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos à frente com o nosso trabalho, e que a tarde de hoje seja produtiva, respeitosa e a favor do funcionalismo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou Representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Paulo Rangel, do Partido dos Trabalhadores e, em seguida, o deputado Álvaro Gomes, companheiro do PCdoB, por mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

Um chamado à reflexão para que a discussão do projeto não se torne confusa diante de alguns segmentos da sociedade presente.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos funcionários da Secretaria da Fazenda, companheiros da imprensa, se existe algo de positivo no projeto que está a ser votado é a forma como esse debate vem sendo feito de forma exaustiva, o que fez com que os deputados desta Casa tivessem a coragem de enfrentar essa discussão olhando olho no olho dos auditores, dos fiscais de tributos.

Volto aqui, Sr. Presidente, a esta tribuna para rediscutir esse tema e colocar mais uma visão do porquê me posiciono favorável ao projeto do governo. Com todo respeito aos companheiros do IAF, eu entendo que se tem carregado muito na tinta em relação a algumas defesas, o que faz com que a reflexão que precisa ser feita seja com a cabeça fria, para que não se tente criar um ambiente que possa levar confusão à sociedade.

Não sou auditor, sou eletricitário e funcionário da Chesf. Quero neste momento dizer, deputado Pedro Alcântara, que vi várias vezes dentro da Chesf determinado serviço , executado por certo funcionário que tinha uma profissão definida, passar a ser feito por outros funcionários. Por exemplo, nós tínhamos atividades que antes

eram do chamado despachante de carga que, depois de uma avaliação técnica da direção da empresa, passaram a ser feita por operadores. Nós tínhamos projetos que, antes, só podiam ser supervisionados por engenheiros que, depois de um certo tempo, passaram a ser supervisionados por técnicos de nível médio.

E, aí, nós não podemos, neste momento, dizer que quando os fiscais de tributos passam a assumir mais uma função que com isso se busca assumir a função de auditor ou se busca criar um “trem da alegria” da Secretaria da Fazenda, porque isso não é verdade, (palmas) repito, não é verdade. (Palmas)

Inclusive, eu fico assim, pois eu parei, porque ainda não havia me debruçado sobre este projeto. E, aí, deputado Heraldito, eu olhei e me perguntei se um marciano chegasse hoje à terra, ele ficaria meio abobalhado, porque parece que uns querem trabalhar e outros não querem que eles trabalhem. (Palmas) Passa esta aparência. Vejam, o projeto, em si, é um aperfeiçoador – eu tenho certeza e clareza – das atividades no âmbito da Secretaria da Fazenda.

Portanto, eu quero dizer aqui de público: a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará unanimemente a favor deste projeto a partir de uma discussão madura que foi feita. (Palmas) Questionamos inclusive alguns comportamentos. Observem, não dá para, numa discussão como esta, nós nos apegarmos a alguns discursos cujo conteúdo não tenha nenhuma robustez.

Portanto, hoje, sim, nós estaremos votando este projeto, aprovando-o para o bem do estado. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu quero, inicialmente, parabenizar o camarada de nosso partido – Javier Alfaya – por ter recebido um prêmio importante que é o Prêmio Integração Latino-americano de 2009 na cidade de Curitiba oferecido pela Câmara Internacional de Pesquisas e Integração Social. É um prazer muito grande ter um de nossos militantes – no caso um deputado estadual – recebendo este prêmio que mostra a atividade e a ação desenvolvida não apenas observando os aspectos locais mas observando os aspectos regionais e internacionais. Isso engrandece muito o nosso partido. Portanto, parabéns camarada Javier Alfaya. (Palmas)

Mas eu gostaria de, mais uma vez, voltar a minha palavra para os auditores representados pelo IAF e também para os agentes de tributos e auditores representados pelo Sindsefaz. Gostaria de dizer que nós chegamos a uma situação onde as propostas terminaram se cristalizando. Não houve avanço. Não houve alterações a partir de um determinado momento. Já, por diversas vezes, mantive contato com o IAF assim como o Sindsefaz. Também, por diversas vezes, conversei com auditores que defendem o projeto e com auditores que não defendem o projeto, com os agentes de tributos, enfim, com os fazendários de uma maneira geral.

O que eu sempre falei e continuo falando é que eu estou aberto à discussão e ao debate a fim de encontrar uma saída desde quando os argumentos contribuam para

este avanço. Perdoem-me os auditores representados pelo IAF. Porém, eu não consegui, até o momento, encontrar uma argumentação sólida que fizesse com que eu desenvolvesse um movimento para que alterasse este projeto.

Senão, vejamos, qual o argumento central colocado pelo IAF como a questão do “trem da alegria”, como a questão de ingressar sem concurso no serviço público, como a questão da inconstitucionalidade e a questão do prejuízo às pequenas empresas?

Analisando esses pontos, com todo o respeito, nós não podemos observar, absolutamente, que tais pontos tenham consistência. Claro, o direito, ele tem muito de subjetividade. O direito tem muito de interpretação. Mas, vejam, por exemplo, quanto à questão das atribuições.

A Constituição Federal fala que: “Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário.” Não é isso que fala a Constituição Federal? Então, o Estado tem competência para legislar sobre direito tributário. Não há dúvida de que o Estado pode legislar, a Constituição Federal assegura isso.

Vejamos o que diz o Código Tributário Nacional. Ele está acima do Código Tributário Estadual, naturalmente, e fala que: “Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir o crédito tributário para lançamento, assim entendendo o procedimento administrativo, etc.”

O que fala o Código Tributário Estadual? Afirma que: “Compete aos auditores fiscais constituir crédito”.

Mas, o que é preciso entender é que é exatamente esse Código Tributário Estadual, que é uma lei, que está sendo alterado, e essa competência a Assembleia Legislativa tem, o Estado tem para fazer.

Portanto, os argumentos colocados, até então, são argumentos que não têm peso, nem consistência, a ponto de fazer com que possamos alterar isso, porque muitos projetos aqui, eu particularmente contribuí, junto com outros parlamentares, para que fossem alterados, e foram alterados, esse próprio projeto sofreu algumas alterações. Eu próprio propus uma alteração, que foi aceita, que foi uma emenda colocando que os agentes de tributos não se transformarão em auditores fiscais, salvo por concurso público.

Quero dizer que os argumentos colocados não me convenceram. Por isso, eu quero dizer aqui, com muita tranquilidade, que faço uma análise desprovida de qualquer paixão. Sou militante do PCdoB, tenho posição, uma posição muito clara, mas as minhas análises, as minhas avaliações, a minha atuação aqui nesta Casa Legislativa se fazem desprovidas de qualquer paixão. Faço as avaliações levando em consideração a floresta, e não a árvore, levando em consideração o coletivo, e não o individual.

Portanto, com todo respeito ao IAF e aos auditores representados pelo IAF, estou apoiando com a minha emenda este projeto do Fisco, que espero que hoje seja aprovado e, se eventualmente ocorrer algum erro, que façamos as correções futuras, se assim for necessário. Mas eu acho que esta é a melhor alternativa para a Bahia

hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pelo tempo de 10 minutos o ex-presidente, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Jornalistas, Sr^{as} e Srs. Auditores, Sr^{as} e Srs. Agentes de Tributos, nós temos acompanhado, ao longo deste período, a discussão acerca do projeto 17.713/2008.

Iremos falar, mais tarde, na discussão efetiva, tanto do parecer das comissões, como do projeto, mas a Oposição na Casa, já fechamos questão, vai votar favoravelmente aos auditores fiscais, ou seja, contra o projeto, porque entendemos, a Oposição entende que o projeto tem algumas inconstitucionalidades, como ferir o art. 37 da Constituição Federal.

Eu discordo até quando se fala em trem da alegria na Secretaria da Fazenda, eu acho que isso pode se constituir num trem da alegria no Estado. Confirmadas a inconstitucionalidade e a ilegalidade do projeto, ele pode se constituir num trem da alegria no Estado. Senão, vejamos. Alguém que tenha entrado no Estado por concurso; posteriormente, se conseguir um diploma de nível superior, ele poderá muito bem reivindicar – e qualquer juiz dará – a equiparação como técnico de nível superior. Ou seja, fez concurso para um determinado nível e assumirá outro nível. Enfim, pode constituir-se num trem da alegria, sim, porque qualquer juiz atenderá a solicitação.

E até já existem diversas ações sobre essa questão. Entendemos que esse projeto deveria ser mais discutido para chegarmos a um entendimento. Não somos contra os agentes de tributos, mas votaremos contra porque achamos que esse projeto tem as suas ilegalidades, as suas inconstitucionalidades. E também porque ele pode ser um instrumento de arrocho fiscal em cima das pequenas e microempresas. (Palmas) Destaquemos que essas empresas são responsáveis por apenas 4% da arrecadação estadual, entretanto empregam em torno de 60% da mão de obra do setor. É preciso ter muito cuidado, pois pode – pode! – acontecer um arrocho fiscal.

Entendemos que a Secretaria da Fazenda sempre teve uma relação salutar, de independência, com critérios e ética, na cobrança de tributos. Mas foi dito aqui por um deputado que os pequenos, médios e grandes empresários são sonegadores. Não entendemos assim, embora saibamos que pode haver sonegadores no meio empresarial. Consideramos que a secretaria já está perfeitamente aparelhada, tanto em termos de recursos técnicos quanto de capital humano, para fazer bem a fiscalização a fim de evitar a elisão fiscal.

No momento em que se quer tachar os empresários como sonegadores e se considera necessário um arrocho fiscal para cobrar os tributos, essa relação passa a ser deteriorada. Não é uma relação salutar do aparelho tributário do Estado com o contribuinte. Por isso, entendemos que, no mínimo, é temerário esse projeto – além das suas inconstitucionalidades –, tendo em vista que pode se constituir num processo de arrocho fiscal.

Vamos votar contra esse projeto porque entendemos que ele tem algumas ilegalidades, algumas inconstitucionalidades. Posteriormente, na discussão, falaremos novamente sobre esse assunto.

Estamos vendo, hoje, um verdadeiro caos, eu diria, nas prefeituras municipais por causa da queda do FPM. O governo federal diminuiu o IPI dos carros, e aí o FPM – o IPI faz parte do bolo tributário do FPM – caiu em fevereiro e continua caindo em março.

Pois bem, o presidente da União dos Municípios da Bahia, o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Roberto Maia, em companhia de alguns prefeitos de diversos municípios do Nordeste e da Bahia tiveram um encontro com o presidente Lula na semana passada, aqui em Salvador, quando cobraram do presidente medidas para compensar as perdas com a queda do FPM, causada pela isenção e redução das alíquotas do IPI.

Pois bem, o presidente Lula disse: “Sabemos que os prefeitos estão comendo o pão que o diabo amassou.” Os prefeitos achavam que o presidente Lula ia tomar alguma medida que viesse..., mas, ao contrário, ele baixou outra medida agora que está diminuindo o IPI de materiais de construção, motos, enfim, de outros produtos, como cimento, etc.

Não estamos aqui condenando o ato do presidente, porque achamos que, com a economia em crise, é preciso que se apresentem medidas que venham, realmente, a compensar os produtores, o setor industrial para que não haja desemprego. Mas é preciso entender que o bolo tributário que constitui o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, e o FPE – Fundo de Participação dos Estados, formado pelo IPI e pelo Imposto de Renda... e aí o governo, em vez de isentar taxas como o PIS, o COFINS e outras – porque tem adotado essa prática, ou seja, sempre está colocando taxas, prefere não colocar impostos porque esses são repartidos com Estados e Municípios – vai exatamente no IPI. E aí, para os municípios, deputado Pedro Alcântara, em abril, a queda do FPM deverá ser maior.

Pois bem, em muitos municípios, algumas prefeituras já estão querendo fechar as portas, porque, se o desemprego, por conta da crise, está na iniciativa privada e em diversos outros setores, as prefeituras é que mais empregam – são mais de cinco mil municípios no País - e exercem também uma função social. Se cai o FPM, porque, Sr. Presidente, praticamente as receitas municipais, principalmente dos municípios do Nordeste, municípios pobres, são advindas do FPM...e o presidente Lula só faz para piorar situação. Como ele acha que a crise no País é uma marolinha, está achando também que os municípios vão sobreviver com a queda do FPM.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Por isso, apelamos para o governo federal que tenha mais sensibilidade com os municípios brasileiros, que é onde vivem os cidadãos,...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Excelência, seu tempo está esgotado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) que precisam sobreviver. Apelamos também para o governo do Estado no sentido de também adote algumas medidas para compensar essas perdas que estão tendo os municípios com a queda da arrecadação do FPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, o nobre Líder do governo e da Maioria ou do bloco parlamentar PDT/PSC/PRP para falar, ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Por todo o tempo, o Líder da maioria, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, fazendários presentes, há 45 anos, nesta data, o povo brasileiro acordou atônito, estarrecido porque, naquela oportunidade, instalava-se no nosso País, na nossa nação, uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina e do mundo.

Ditadura militar que cerceou direitos, instalou o arbítrio, impediu as liberdades individuais e coletivas, e foi responsável pela implantação de um regime autoritário e truculento que torturou, exilou e ceifou muitas vidas de muitos companheiros e companheiras.

A eleição do presidente Lula e, na Bahia, do governador Jaques Wagner, bem como de outros companheiros e companheiras do campo progressista no Brasil, representou, e tem representado, o limiar de um novo tempo de democracia, participação e liberdade. Muitos companheiros e companheiras que tombaram nessa trajetória foram responsáveis pelo processo de redemocratização do Brasil. Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, sem maiores delongas, e naturalmente sem querer remoer esse passado de tantas atrocidades, de tanto autoritarismo e de tanta truculência, na condição de deputado estadual e de amigo que fui de alguns desses companheiros que tombaram em defesa da redemocratização do nosso País, gostaria de fazer a leitura dos nomes de companheiros e companheiras baianos e baianas, que foram assassinados pela ditadura militar, foram vítimas desse regime truculento e autoritário.

Nesta data, nesta oportunidade, eu, humildemente, na condição de deputado militante do movimento social, do movimento popular, anuncio em alto e bom som a minha homenagem aos companheiros:

(Lê) “Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Aderval Alves Coqueiro, Carlos Marighella, Dinaelza Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Dermeval da Silva Pereira,

Euvaldo Gomes da Silva, Jorge Leal Gonçalves, José Lima Piauhy Dourado, João Carlos Cavalcante Reis, José Campos Barreto, Joel Vasconcelos Santos, Luís Antônio Santa Bárbara, Mário Alves de Souza Vieira, Maurício Grabois, Nilda Carvalho Cunha, Nelson Lima Piauhy Dourado, Péricles Gusmão Régis, Pedro Domiense de Oliveira, Otoniel Campos Barreto, Rosalindo Souza, Sérgio Landulfo Furtado, Stuart Edgard Angel Jones, Uiraçu de Assis Batista, Vitorino Alves Moitinho, Vandick Reidner Coqueiro e Walter Novaes”

Essa é a nossa homenagem a esses companheiros e companheiras que tombaram na luta pela democracia e redemocratização do nosso País, e na luta contra a ditadura militar, regime autoritário e truculento. Nós haveremos de continuar lutando para nunca mais sermos submetidos a regime similar a esse, que infelizmente se abateu sobre o Brasil através do golpe militar de 31/03/1964.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado do Município de Juazeiro, Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Juazeiro e região, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, demais membros que compõem a Mesa Diretora, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, esse projeto, cuja discussão deverá ser encerrada e entrar em votação logo mais, nasceu da necessidade da Secretaria da Fazenda otimizar suas atividades. Esperávamos nós que dentro da própria Secretaria fossem tiradas as dúvidas e o projeto viesse às comissões técnicas desta Casa, principalmente a Comissão de Constituição e Justiça, e depois chegasse até nós aqui, no Plenário, numa situação em que pudéssemos votar tranquilamente. Infelizmente, politizaram o projeto e ele chegou a nós, deputados, para dizermos Sim ou Não.

Estudamos o projeto e entendemos que ele é importante dentro da filosofia do que a Secretaria da Fazenda pensava colocar em votação e aprovar. Entendo que não se tira atividade ou função alguma dos auditores, que respeito muito. Inclusive, meu pai de criação se aposentou como auditor fiscal do Estado. E mais, tenho convicção plena e como Líder da Bancada do PR vou votar Sim. (Palmas)

Entendo que esse projeto é bom para o nosso Estado. Se, por acaso, não tivermos razão, o futuro vai dizer, e nós daremos a mão à palmatória. Mas estou convicto de que esse projeto não tem nada de inconstitucional de ordem alguma, porque nós o analisamos com critério e tranquilidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje tomamos conhecimento, e estivemos presentes à solenidade – mas a nossa atenção não foi chamada para a finalidade que vou trazer à tribuna e ao conhecimento da Bahia e cobrar do governo –, que a partir de amanhã os clientes da Cesta do Povo de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari,

Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna poderão ter acesso ao projeto Nova Geladeira, da Coelba, e adquirir um equipamento novo por R\$ 140,00. Inicialmente, a venda será apenas nesses 6 municípios. Após a avaliação do projeto-piloto, este será ampliado, chegando às lojas da Cesta do Povo em outros municípios baianos.

Meu caro Líder, meu caro Paulo Rangel, eu queria saber quais os critérios de seleção desses municípios para se iniciar um projeto importante. Acho que a geladeira é um bem de consumo de importância fundamental para qualquer pai de família. Nós representamos uma região que produz energia elétrica, em Sobradinho, deputado Elmar Nascimento, mas em todo o São Francisco nenhuma das cidades, até pela simbologia do rio, foi incluída no projeto-piloto.

Eu estou apresentando uma indicação ainda hoje, à tarde, para S.Ex^a, o Sr. Governador, as secretarias afins e a Ebal, solicitando a inclusão de Juazeiro e Sobradinho nesse plano-piloto, para que também essa população seja contemplada, porque não vi critério algum na seleção dos municípios: Lauro de Freitas, Salvador, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Camaçari. Questiono o governo, qual o critério? E solicito a inclusão de Juazeiro e Sobradinho no plano-piloto, até por serem cidades importantes em que há uma pobreza muito grande.

Então, cuidou-se da Região Metropolitana, do eixo Ilhéus-Itabuna e de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia, deixando municípios produtores de energia elétrica, que contribuem com o sistema CHESF, com a Coelba, que é concessionária do sistema CHESF, e deixaram esses municípios fora do projeto-piloto de permuta da geladeira usada por uma nova ao custo de R\$ 140,00. Acho um programa importante, um programa muito bom. Agora também me questiono: quem não tem geladeira velha para devolver como é que faz para ser incluso no projeto? Acho que esse aspecto deve ser dispensado, deputado Isaac, porque, se preenche todos os pré-requisitos e não tem uma geladeira velha, a pessoa está fora do processo porque tem que fazer a permuta dela por uma geladeira nova? Acho também que deve ser dispensada a questão da geladeira velha.

Portanto, além de ocuparmos a tribuna para garantir a orientação da Bancada do PR, sem patrulhamento no voto no voto do fisco, estamos cobrando do governador e, exigimos, que se ponha Sobradinho e Juazeiro nesse plano-piloto. Acho que quem pode atender seis municípios pode atender oito, até pela simbologia de centro produtor de energia elétrica, deputado Paulo Rangel. Sem energia, geladeira não funciona, a não ser que funcione a gás ou ainda a querosene, se ainda existir algum saudosista que ainda tenha geladeira desse tipo.

Mas, hoje, a maioria como estado produtor de energia elétrica, deputado Bira Corôa, acho que deveríamos rever essa condição de apenas um município de V. Ex^a ter sido contemplado. Queria ter esse prestígio com V. Ex^a para saber o critério para escolherem Feira de Santana, o eixo Ilhéus-Itabuna, Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas para fazer parte do plano-piloto. No dia, estava presente, mas não me chamou a atenção. Hoje, entretanto, vendo o *releasing*, noto que esse projeto piloto inclui apenas esses seis municípios.

Acho que o governo tem tempo para rever o critério, que não seja já amanhã

para não postergar o início de um projeto importante, e dotar a população mais carente e mais pobre do nosso Estado e de nosso País de uma geladeira, que é um bem importante e necessário a cada família, já não é algo supérfluo, enfim, é um objeto que todos nós pretendemos ter, e, por isso, acho que toda população baiana tem que ter esse bem de consumo em casa.

Portanto, sugiro ao governo, e até exijo dele, como representante da nossa região, que Juazeiro e Sobradinho sejam incluídos no projeto-piloto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já está tramitando na Casa, pois já demos entrada a ele, um projeto que cria o Dia do Umbuzeiro, dedicado a essa fruta característica do Semiárido brasileiro, a qual alavanca fortemente a economia da nossa região.

Só nós sabemos quanto, do fim de outubro até fim de março, a safra do umbu, que está se findando, alavanca a economia de uma região, principalmente aquele pessoal de baixa renda, que utiliza essa fruta para fazer a geleia, o vinho, o licor de umbu. A fruta *in natura*, enfim, movimenta milhares de reais, deputado Bira, e é uma fruta nativa.

Precisamos, realmente, dedicar um estudo – e solicito isso no nosso projeto – à preservação do umbuzeiro, com dedicação. A Embrapa já realiza pesquisa nesse sentido, porque a maioria dos umbuzeiros que temos tem 100 anos. Trata-se de uma planta nativa que naturalmente se reproduz, e acho que o nosso Estado é o grande beneficiário disso. Principalmente na minha região de Juazeiro, em Uauá, Curaçá, Campo Alegre, Pilão Arcado, Remanso, Sobradinho, que V. Ex^a deve conhecer, ela tem um impulso econômico muito forte, e, por isso, há necessidade de uma atenção maior do governo do Estado com relação a essa fruta importante.

O que nos inspirou a propor a criação do Dia do Umbuzeiro foi o fato de que, no passado, quando ainda era vereador de Juazeiro, criamos a Festa do Melão, que hoje é Fenagri. Naquela época, produzíamos apenas o melão, a melancia e a cebola, culturas temporárias. Hoje, temos a cultura permanente da manga, da uva e de outras frutas permanentes na região, razão por que trouxemos e criamos a Fenagri – Feira Nacional da Agricultura Irrigada, que vai acontecer em julho, e já estou convidando esta Casa a participar desta ação, que é de reconhecimento internacional e movimenta milhões de reais.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, excelência, pois o seu tempo está esgotado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Agradeço a V. Ex^a a tolerância, pois queria frisar estes três assuntos: primeiro, pedir ao governo que inclua Juazeiro e Sobradinho no Programa da Geladeira Nova; segundo, solicitar do governo da Bahia uma atenção especial ao umbuzeiro, que é a esmeralda do Sertão; e, por fim, dizer que a angústia de vocês do Fisco deverá ter fim, pois, daqui a pouco, com certeza, a Casa vai votar sim, aprovar esse projeto e encerrar mais esse capítulo relacionado ao Fisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB para falar,

ou indicar o orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de oito minutos, a deputada Marizete Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria que V. Ex^a convocasse um deputado para...um deputado feirense, o deputado Zé Neto...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 8 minutos a deputada Marizete Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria que V. Ex^a convocasse o deputado feirense, Zé Neto.

Com a palavra a deputada Marizete Pereira pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a MARIZETE PEREIRA:- Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. e Sr^{as} Fazendários aqui presentes, estive, também, no final de semana, na cidade de Correntina, convidada pelo prefeito Maguila e pelas lideranças que lá me apoiaram, Élvio, Denilson e Albanice, para participar das festividades dos 71 anos da cidade de Correntina, município próspero e de gente acolhedora, onde tive uma votação expressiva e com que tenho compromissos. Sempre que vou a Correntina reafirmo o compromisso que eu tenho com aquele município, uma cidade lindíssima que a natureza privilegiou com 5 rios, rios caudalosos, com muitas oportunidades para se ir passar um final de semana e se divertir. É também um município rico, porque é grande produtor, também, de grãos: milho, soja, e também de algodão.

Então, dei entrada nesta Casa a uma moção e eu queria inserir na ata dos trabalhos, aqui, da Assembleia Legislativa, as minhas congratulações pelos 71 anos de emancipação administrativa e política:

“Extensa programação marca a passagem dessa importante data para o município de Correntina. Afinal, aos 71 anos de existência, o município apresenta inquestionáveis indicadores da sua capacidade de crescer, de se renovar e se modernizar para abrigar as necessidades e os anseios do seu povo. A pauta dos festejos, com inaugurações de obras e apresentações artísticas e culturais, que marca este ano as comemorações da sua mais relevante data cívica, certamente encheria de orgulho o major Félix Joaquim de Araújo, que lutou e viu concretizado o seu sonho de transformar a Vila de Correntina no próspero e desenvolvido município dos nossos dias.

A história de Correntina, iniciada pelos bandeirantes em busca de ouro do Rio das Éguas, é rica em fortes episódios de lutas pela posse das terras, de rivalidades entre famílias, de disputas políticas entre os municípios circunvizinhos. Esses conflitos chegaram ao século XX e ensejaram o surgimento da imprensa em Correntina, com a criação dos jornais *O Progresso* e *A Tesoura*, este último com forte componente satírico e editado anonimamente. O clima de acirramento somente foi acalmado a partir da publicação do Decreto Estadual nº 10.724, assinado pelo interventor Landulpho Alves e que conferiu a Correntina o *status* de cidade.

Dois componentes de Correntina merecem destaque: o primeiro, irrefutavelmente, é o seu povo empreendedor, ordeiro e acolhedor; o outro elemento que define o município é o seu patrimônio natural, de rara beleza, com ênfase para o Arquipélago das Sete Ilhas, formado pelos rios Correntina, Guará, Santo Antônio, Arrojado e Rio do Meio.

Sob a administração do prefeito Nilson José Rodrigues e sua equipe de trabalho, o município experimenta uma fase de progresso econômico, com a abertura de novas possibilidades de geração de emprego e renda. A prosperidade do município baseia-se, primordialmente, no campo do agronegócio. Correntina, hoje, ostenta com orgulho a posição de um dos municípios brasileiros recordistas na produção de grãos, com destaque para as culturas de soja, algodão e milho. É também substancial o crescimento da pecuária e da agricultura familiar. O sucesso da produção de grãos tem carreado para o município novas oportunidades de ocupação para a sua população, com destaque para o setor de serviços.

Ao abraçar o povo amigo de Correntina, no aniversário de 71 anos da sua emancipação política e administrativa, registro o meu carinho e admiração por essa terra que me acolheu e me legou a honrosa missão de representar os seus interesses junto ao Parlamento estadual, ao tempo em que manifesto os votos de que continuem a lutar pelo aprimoramento da sociedade correntinense.

Dê-se conhecimento desta Moção ao prefeito Nilson...”, e tal e tal.

Gostaria de dizer que participei de diversas inaugurações, entre elas a de uma obra que eu tive oportunidade de levar, um CDC, e outro que foi instalado pelo prefeito municipal em duas comunidades: a de Praia e a de São Manoel. E também uma coisa importantíssima que resgata a história de Correntina: um museu, que foi uma parceria do governo Maguila – como chamamos o prefeito, Dr. Nilson, na intimidade – com o município de Correntina.

Quero parabenizar os filhos de Correntina e todos aqueles que lá se instalaram. E também agradeço a acolhida que tive lá.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 9 minutos o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 9 minutos, o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu prezado deputado Zé Neto, sempre irrequieto nas suas lutas, não somente na busca de solução para as questões sociais de Feira – isso até um determinado momento da sua história. Depois ganhou asas, voou, e hoje tem o privilégio de sair da planície de Feira para ganhar as altitudes, os encantos e a beleza da Chapada Diamantina.

Espero que por lá V.Ex^a não se estabeleça por muito tempo, não só porque, como um bravo e sempre gritante guerreiro, irá de encontro à paz auditiva dos nativos que a natureza lá deixou, como também porque, com a sua capacidade de seduzir das pessoas, poderá fazer como os nativos humanos: ser expurgado de lá. Permita que nós que lá tivemos o prazer de nascer, possamos permanecer na tranquilidade da paz. Até porque, deputado Zé Neto, eu sempre procuro fazer da paz um instrumento e um caminho para as nossas ações políticas, deputado Waldenor.

De forma contínua, gostaria de trazer a esta Casa uma matéria veiculada há poucos dias em um jornal de Pernambuco que eu leio diariamente, minha estimada deputada Marizete. Essa matéria trouxe algo que me parece inusitado: na Escola Brites de Albuquerque, na cidade de Olinda, a direção criou o Projeto Família-Escola, Uma Relação de Ajuda.

Para que V.Ex^a tenha noção, deputado Waldenor, é tamanhamente pobre a escola que o telefone que atende lá é público. Não tem telefone particular na escola. Pois bem, essa escola tem precisamente quatro anos, deputada Marizete, que não sofre uma pichação, que não tem uma carteira quebrada e que não há um esboçar da menor tentativa de violência física ou ameaça de um aluno contra um professor ou um servidor público.

A direção da escola e os demais membros da administração, contando evidentemente com a solidariedade e o apoio da Secretaria Estadual da Educação, conclamaram as famílias dos alunos que lá estavam matriculados e tinham deixado de frequentar as aulas – e digo lá matriculados porque, infelizmente, diante da pobreza existente em todo País, alguns se matriculam somente para ter direito ao transporte gratuito e dali vão ganhar a vida de outra forma, trabalhando –, e esses alunos já voltaram a frequentar as aulas. Hoje, todas as famílias se reúnem, a cada final de semana, para comentar, abordar das questões sociais da área periférica da escola e tratar não somente delas mas também dos problemas sociais dos pais dos alunos, quando tem sido feita uma corrente de solidariedade para o minimizar das angústias e da violência.

Em decorrência disso, já sugerimos à Secretaria da Educação do Estado, na pessoa do sensível professor Adeum Sauer, que estude a possibilidade de implantarmos essa corrente de solidariedade nas escolas que têm um maior índice de violência, que não ocorre por ação de governo ou não, mas em decorrência da fragilidade, se não da falência de determinados princípios, determinadas tradições e determinados costumes da sociedade.

Então se estamos aqui a discutir a luta dos que integram os quadros dos servidores da Secretaria da Fazenda – os auditores e os agentes de tributos –, é evidente que podemos olhar também para esse lado, talvez bem mais crítico, bem mais carente e mais padecente de uma ação pública por parte de nós deputados, legisladores, representantes do povo.

Parece-me que é chegado também o momento de a sociedade refletir que não é tarefa somente do Estado cuidar do minimizar das angustias, das ameaças e das violências concretas e materiais das escolas, mas de toda a sociedade, principalmente

dos pais dos que lá estão matriculados.

O dia em que nos conscientizarmos dessa plena realidade e dessa necessidade, sensibilizando cada um desse dever cívico de manutenção da ordem dentro da família para que ela se estenda à escola e seja o continuar da educação e da orientação desses jovens, por certo haveremos de ter o minimizar dessas angustias. Evidentemente, não basta somente a escola, meu deputado Isaac, pois é importante que os que lá estejam também – é evidente que quem frequenta a escola pública são os de renda menor – possam ter um meio de sobrevivência e de vida, de manutenção, de sustentação.

Em razão disso, quero cumprimentar o governador Jaques Wagner, que ontem esteve em Maragogipe e, mais tarde, numa solenidade, tratou de um assunto importantíssimo: o curso preparatório de jovens para o Polo Naval de Maragogipe. Cerca de 1.400 jovens, entre meninos e meninas de todos os municípios da região, das beiradas e das proximidades geográficas de Maragogipe, estão sendo matriculados em cursos de formação e qualificação de mão de obra, pois o estaleiro estará, dentro em breve, produzindo e fabricando equipamentos náuticos até para a Petrobras, o que lhes trará não somente renda mas também qualificação de mão de obra para que possam ter um futuro melhor, mais seguro, de mais harmonia e paz.

Nós, que vivemos dentro de um regime estritamente capitalista, em que o que vale, infelizmente, é o ter, quando se qualifica essa mão-de-obra, principalmente dos meninos e meninas carentes, cujo horizonte é muito distante ante a dificuldade do enfrentamento da vida, essa oportunidade, sendo dada, com certeza muito contribuirá para a redução da violência, muito contribuirá para o conforto da sociedade. E assim o fazendo, o governo está praticando uma ação extremamente louvável, lúcida, consequente, responsável e ética. Então, quero aqui desta tribuna cumprimentar o governador Jaques Wagner por essa louvável, lúcida, consistente iniciativa de qualificar jovens de Maragogipe para, no polo náutico, poder exercitar uma atividade, ter renda, condição de se manter de forma igual, justa, humana e sobretudo digna.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):-Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PMDB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE(Fernando Torres):- Pelo tempo de 9 minutos, o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, nobres colegas, acho que estamos num momento, deputado Gilberto Brito, para fazermos o que V.Ex^a fez aqui agora. Um discurso propositivo, um discurso de olhar para a frente e ver as mudanças que acontecem no Estado.

Eu fico, deputado Bira, surpreso e encantado, deputado Zé Neto, porque o governador Jaques Wagner não tem feito nada nesses dois anos. Estamos com dois

anos que o governador Wagner, segundo a Oposição, não faz nada. Ontem, o Ibama liberou a Ferrovia Leste-Oeste. Um processo que normalmente demora anos a fio. A Via Expressa Baía de Todos os Santos para enfrentar um problema de tráfego nesta cidade, como também o Porto de Salvador, que vai ser duplicado, e o governador Wagner não faz nada. Deputado, Bira, eu fiquei emocionado com o pouco que ele tem feito pela educação: 22 mil computadores. Eu vou repetir: 22 mil computadores. Eu vou repetir de novo: 22 mil computadores em todas as escolas da Bahia. Não faz nada. Então, eu estava em casa conversando e perguntando: “Você já imaginou quando ele fizer?” Quando nós chegarmos, por exemplo, no fim de 2010, depois em 2014, aí tomando como referência o que aconteceu com o governo Lula, que tem o PAC, e nos lembrarmos dessa área tão desprezada que é o Sul da Bahia, que não tem tido nenhum projeto estrutural, e agora o governador começa a acenar com um porto zero bala, como falamos no interior, um aeroporto de nível internacional, um ferrovia que atravessa, só para falar no Estado da Bahia, de Luís Eduardo a Ilhéus, e, para não concentrar os recursos apenas em um único e exclusivo município, ele faz no outro centro urbano de importância, em Itabuna, discute-se, estuda-se, planeja-se o quê? Uma ZPE e um polo têxtil. E não se faz nada!

Estamos falando de planejamento, de ação, de entrosamento entre as esferas de governo, federal e estadual. Temos uma competição aparente – eu a chamaria ridícula - em dizer que Pernambuco é isso e aquilo outro. Você quer comparar alho com bugalhos? Você quer comparar o dobro do PIB de um estado com o do outro? Vocês querem comparar com a Refinaria Landulfo Alves que está recebendo um bilhão de investimentos para a sua duplicação? Vocês querem desprezar a ação do governador que está trazendo uma nova planta da maior importância, junto com a Braskem, para o Polo? Outro polo, não, é expansão do Polo. Mas de que polo estamos falando?

Deputados, estou falando a V.Ex^{as} do maior Polo Petroquímico da América Latina, que é o Polo de Camaçari. Agora, outro polo, não é possível, vamos expandir este. Estamos falando, descrevi isso aqui basicamente, de projetos estruturantes. Projetos que em médio e longo prazos mudarão a face da Bahia. E se tivermos oportunidade de ficar aqui mais quatro anos, a partir de 2010, consolidaremos em definitivo o desenvolvimento da Bahia. E as empresas estão chegando, lentamente, fortemente, sem concentração industrial.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Pois não, deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa:- Sem se esquecer, nobre deputado, do Polo Naval que será implantado no Vale do Iguaçu e irá atender a 10 mil empregos diretos na região.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sem dúvida nenhuma.

Temos ainda o estaleiro falado pelo deputado Gilberto Brito, o Polo Naval, e falamos também de infra-estrutura. Mas isso não acontece à toa. Ninguém está citando aqui os 40 mil alunos de nível técnico. A Bahia tinha uma escola de nível técnico. Se os senhores pegarem os dados da Secretaria da Educação, em apenas dois anos trocamos 40 por quatro, claro, são quatro mil alunos. Não tinha praticamente nada, tinha uma escola federal pequena, hoje temos a duplicação.

Hoje, estamos falando de 1200 alunos formados em Maragogipe para a plataforma que a Petrobras vai construir. Estamos falando de mudança na educação, de transformação de métodos, de professores que tomam cursos para fazer o concurso para diretor. Estamos falando de uma forma nova de gestão pública.

São das grandes mudanças de um governador que dialoga com os deputados, deputados Leur Júnior e Eliana, que estamos falando. V.Ex^a é do tempo que não podíamos, e assumo isso, dizer nada contra, ver o absurdo de um projeto, corrigindo erro de português, e não poder ser votado porque era da Oposição.

Eu me sinto orgulhoso, colegas, de poder dizer ao governador Wagner: governador, não concordo com V.Ex^a. Isso é vital na transformação da política. E queria dizer aos meus amigos: entrem no *site* de Samuel Celestino, existe lá uma reportagem de 11 folhas, posso emprestar a quem não puder acessar o *site*, na qual o analista, não o jornalista, traz a nova face da política da Bahia, a nova forma de diálogo com as Oposições, a interação entre a sociedade organizada e o setor público, incluindo esta Casa.

É bom olhar para essas Galerias e vê-las com grupos de diferentes linhas, qualquer tipo de linha, vindo defender seus interesses. Isso vale para a Fazenda, valeu para o pessoal do transporte alternativo e para os professores.

Quero chamar a atenção dos meus amigos para lerem essa reportagem, porque é um novo indicador claro e conciso essa entrevista do governador Wagner a Samuel Celestino, o nosso analista.

Muito obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Falará, por todo o tempo, o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gaban, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, por diversas vezes vim a esta tribuna trazendo elementos jurídicos sobre esse projeto oriundo da Secretaria da Fazenda. Já ouvi aqui várias opiniões de parlamentares e nenhum conseguiu contestar as informações e muito menos as críticas que fiz, em 3 páginas, ao parecer do procurador-geral do Estado.

E a argumentação que eles têm dado: que não vão exercer as mesmas funções, que vão continuar cada um na sua. Mas o Ministério Público, a OAB e o Supremo Tribunal Federal dizem o seguinte: a constituição de crédito é privativa do auditor fiscal. Esse é que é o cerne da questão.

Mas, se isso não bastasse, pediram aqui, mas não me deram a oportunidade de usar a palavra, que eu apresentasse um auditor fiscal que trabalha no trânsito de mercadorias. E trago aqui, para registrar nos Anais da Casa, os nomes de 141 auditores fiscais que atuam nessa área. E foi pedido desta tribuna que eu apresentasse um. (Palmas)

O procurador-geral avocou a si o parecer, deputado Heraldo Rocha, deputado J. Carlos, porque nenhum procurador queria dar parecer sobre a constitucionalidade desse projeto. E não poderiam, sabem por quê? Numa apelação cível, a de nº 39.224/5, agentes de tributos alegaram que: ocupando o cargo de agente de títulos estaduais, servindo ao Departamento de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, vêm exercendo funções que constituem atribuições específicas do cargo de auditor fiscal.

Sabe o que o governo do Estado através de sua Procuradoria, deputado Heraldo Rocha, disse nesse processo, que o Estado ganhou?

(Lê) *“O Estado da Bahia, através sua Procuradoria, recorreu, ratificando os termos de sua defesa, seja no que concerne à limitação do litisconsórcio, seja no que se refere à exigência de concurso público para ocupação de cargos no serviço público, alegando, ainda, que os Autores não exerciam funções inerentes ao cargo de Auditor Fiscal, mas de Agente de Tributos Estaduais, em serviços auxiliares de fiscalização, sempre acompanhados de um Auditor Fiscal.”*

Essa é a defesa do governo do Estado da Bahia, da Procuradoria do governo do Estado.

Mas se não bastasse, vamos pegar uma outra decisão de outra câmara especializada, decisão tomada na semana passada, que diz o seguinte:

(Lê) *“ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, negar provimento ao presente Recurso, mantendo integralmente a Sentença, e assim o fazem pelos motivos a seguir expostos:*

Pretendem os recorrentes – Agentes de Tributos da Secretaria Estadual da Fazenda, cargo de nível médio – a reforma da sentença para que o Estado da Bahia seja condenado a reenquadrá-los como Auditores Fiscais, cargo de nível superior, com a percepção da remuneração respectiva,...”

Quer dizer, decisões da Justiça que eu havia apresentado, deputado Zé Neto. V.Ex^a é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Já há manifestação do Ministério Público, isso era antes de tramitar, mas ele está no objeto, as considerações dele, no objeto que permanece, ob, está aí no objeto e sempre desvio da função, art. 37 da Constituição Federal. As duas decisões que eu trouxe aqui são do Tribunal de Justiça.

Mas poderá ir mais longe se a gente fosse ver que este projeto diz respeito, aqui preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal; ele não diz de onde vem os recursos para pagamento. E no momento que não tem dinheiro, deputado Heraldo Rocha, para contratar os delegados (palmas), e eles desrespeitam a Lei de Responsabilidade Fiscal não dizendo de onde vem.

Fui pesquisar. Tinha uma coisa que me intrigava, porque o governo vai fazer uma coisa: vai ganhar mas não vai levar, se fosse votado este projeto. Por quê? Porque já tem jurisprudência no Supremo Tribunal Federal. Isto me intrigava. Chegaram até a dizer: não, ele quer ficar livre do compromisso, depois o problema é dos agentes, não é mais do governo. Eu não entendi, fui ler, fui estudar.

Desde 2003 este projeto está tramitando, quando da reforma tributária. Se formos ver na proposta de emenda à Constituição, do substitutivo do relator, que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências, no seu artigo 37, inciso 13, “a Lei Complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo, inclusive, sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos seus servidores titulares das carreiras específicas mencionadas no artigo 22.”

Se nós formos analisar um pouco mais, vamos ler que no anteprojeto da Lei Complementar, quando vamos ao artigo 4º, o que diz: “A administração tributária compor-se-á de carreira específica denominada auditoria fiscal da receita considerado nos termos desta Lei Complementar carreira típica de estado, cujos cargos se denominarão auditor fiscal da receita federal e auditor fiscal da previdência social.”

Agora, olha o inciso II: “ Nos estados e no Distrito Federal o auditor fiscal da receita estadual é auditor fiscal do Distrito Federal”. Por que estou fazendo isso? Porque um pouco mais na frente, se formos para o artigo 14 , prestem a atenção, este é o problema que ninguém abriu o jogo aqui e agora estou trazendo para que até sirva na consciência dos Srs. Parlamentares do que estão fazendo, deputado Gilberto Brito.

Art. 14: “ Os atuais integrantes das carreiras responsáveis pelo exercício das atividades definidas no artigo 1º desta Lei Complementar que cumulativamente tem uma prerrogativa de realização do lançamento do crédito tributário, passo a compor o cargo, a carreira definida no artigo 4º.

Por que acontece isso? Se os auditores, se os agentes de tributos não tiveram uma lei dessa que pode dar o respaldo, eles têm o receio, pelo que está ocorrendo em Brasília, de perder os seus cargos. Por quê? Porque se essa lei da forma como está sendo apresentada lá, desde 2003, ela prevê que só permanecerá na Secretaria da Fazenda, no cargo de auditor, aqueles que tiverem as prerrogativas de nível superior e as incumbências da constituição de créditos. Quem não tiver construindo créditos vai cair fora.

Mas será por conta de uma proteção aos agentes de tributos, que prestam relevantes serviços ao estado como auxiliares dos auditores fiscais, será que essa forma de jogar o problema para a frente, para dividir ainda mais uma secretaria já dividida por um projeto inconstitucional que a própria Justiça baiana já tem a decisão, que a própria Procuradoria Geral do Estado na defesa e que ganhou as ações diz que é inconstitucional, porque fere o artigo 37 e aqui para Casa não vale? Será que não seria muito mais sensato mudarmos a Constituição do Estado da Bahia, dando garantia aos agentes de tributos para que eles permaneçam no serviço público na Secretaria da Fazenda, mas de uma maneira inconstitucional, porque da maneira inconstitucional vai ter a Adin, como tem em todos. É balela, é conversa fiada, é história que tem em todos Estados. Todos os Estados que fizeram a diferenciação das atribuições que fere o art. nº 37 da Constituição Federal estão com Adin, movida pelo procurador geral da República. O próprio presidente Lula, como eu já trouxe, vetou um projeto da Receita Federal nos mesmos moldes.

A constituição de crédito é privativa do auditor fiscal, que entrou no serviço

público através de provas onde foi exigido o nível superior de escolaridade. Então, isso é um flagrante desrespeito, como defende o governo do Estado da Bahia através da sua Procuradoria...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) nas defesas que tem feito aqui na Bahia e tem ganhado todas.

Então, um alerta aos senhores agentes de tributos: cuidado, estão enganando V.S^{as}, não podem querer, sob o pretexto de lhes dar uma garantia, ganhar e não levar, porque se esse projeto acabar sendo votado vai perder na Justiça da Bahia, pior, vai perder no Supremo Tribunal Federal.

(Palmas, muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores das Galerias, gostaria que não houvesse vaias ou gritos, faço esse apelo a vocês, a palma é sempre positiva, agora, gritos o Regimento não permite. Portanto, gostaria de fazer esse apelo a V.S^{as} que estão nas Galerias Paulo Jackson.

Com a palavra o Líder do PT ou do governo para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, presentes, agentes de tributos, auditores, entidades representativas, a Oposição ainda não aprendeu a ser Oposição, aliás, com um arsenal que nós quando éramos Oposição jamais imaginávamos ter, o arsenal de um Estado, deputado J. Carlos, transparente como nesta Casa nunca se viu.

Quero saudar, inicialmente, o deputado Marcelo Nilo pela condução equilibrada de um processo complexo, já que, talvez, dos projetos que por esta Casa passaram, esse que hoje votaremos traduz uma disputa que não se dá só no plano técnico, mas se dá no plano político, e infelizmente alguns trouxeram para uma bandeira ideológica.

Quero dizer, deputado Marcelo Nilo, que não dá pra ter, deputado Gaban, dois pesos e duas medidas, da forma como as coisas são colocadas. É preciso ter pesos e medidas diferenciados para cada momento, para que se faça justiça. Às vezes, é preciso diferenciar pesos. V.Ex^a aqui é quem mais defende as prerrogativas desta Casa, um dos que mais defende, V.Ex^a, inclusive, defende inclusive com relação ao Judiciário, e aqui diz: cuidado agentes de tributos, porque esta Casa pode estar votando algo inconstitucional.

Quero dizer ao deputado Gaban, aqui elogiar o esforço do deputado, mas dizer que talvez, deputado, se V.Ex^a, tivesse mais tranquilidade, principalmente na reta final, tivéssemos conversado um pouco mais(...). Infelizmente V.Ex^a trouxe para um campo que não é o campo da realidade que esta Casa vive hoje, esse campo do

confronto.

Inconstitucionalidade não há. Trem da alegria não há. (Palmas) Irregularidade, nenhuma! Disputa administrativa, sim. Uns querem a modernização, outros pensam diferenciadamente, os mesmos, inclusive alguns da diretoria do IAF, a quem eu respeito, e continuarei a respeitar, não perdi nenhum amigo, e porque sabem que estou agindo com coerência.

Em 2005 nós estávamos na mesma mesa, assinando um documento onde alguns membros da diretoria do IAF assinavam e pediam uma carreira única para o Estado. Esse governo, sabendo que isso poderia assim gerar alguma dificuldade constitucional, abriu o debate de um projeto por 3 anos. Ninguém vai reclamar que não foi ouvido, ninguém vai reclamar que os fatos não foram apurados, ninguém vai reclamar que esse é um projeto apenas do governo, porque esse é um projeto de interesse do estado de direito na Bahia.

E não só isso, esse é um projeto que nós esgotamos nesta Casa o debate como nunca. E espero que qualquer que seja o resultado nós tenhamos maturidade para entender que o umbigo não pode ser maior do que o mundo, que o umbigo não pode ser maior do que o Estado e que nós necessitamos, sim, modernizar, nesse instante especialmente, a nossa administração, e o Fisco não é diferente. (Palmas).

Aqueles da Oposição, aqueles mesmos que estavam aqui dizendo que Lula está entregando a arrecadação, porque agora o IPI vai ser prorrogado e não sabem como é que vai fazer com os prefeitos, aqueles mesmos que culpam o Estado e querem que o Estado dê mais apoio, dizem, quando o Estado busca modernizar a sua arrecadação - modernizar, como se faz no mundo todo - dizem que vai ser perseguição a pequenos. Perseguição não há, é preciso botar os pontos no “i”; o que nós temos é uma loteria eletrônica que o mundo moderno já absorveu, e o Brasil busca isso.

Nós temos, a cada dia, que respeitar o valor do trabalho e não o valor das cargas roubadas, temos que respeitar o valor de quem se esforça para construir, na legalidade, um Brasil honesto e não aqueles que buscam tirar vantagens indevidas. A arrecadação modernizada é Estado se dando respeito, é Estado respeitando o cidadão que trabalha, e isso está muito claro para mim.

Por fim, deputados e deputadas, nós não podemos fazer das brigas políticas com divergências maiores para que nós tenhamos aí dificuldades institucionais. Ao IAF, ao Sindsefaz, que nós tenhamos sempre o amor ao debate. Não é o trem da alegria da Sefaz que merece o 31 de março não, quem merece o 31 de março somos nós que hoje podemos comemorar que esta data não se repetirá mais neste Brasil, e que esta data, que aliás é a data do meu aniversário, eu tenho a alegria de dizer que faço parte de uma geração vencedora, de uma geração onde o deputado Gaban, que é da Oposição, pode ir no site da Sefaz e pegar todos os dados da nossa economia, dos nossos recursos, dos nossos gastos e de todas as nossas transações comerciais no Estado. Isso, deputado Gaban, é uma grande vitória, 31 de março vai sendo vencido na democracia.

Hoje, aqueles que pensam diferente podem estar nessas galerias, encolhidas bem verdade, porque quando esta Assembleia foi construída não se pensava que o

povo merecesse respeito, que o povo merecesse voz , que o povo precisava estar nas galerias e fizeram umas galerias miudinhas. E vocês hoje reclamam porque os saguões são pequenos também.

Esta Casa foi construída no tempo da ditadura e aqueles que dizem que merecem o 31 de março, ninguém merece o 31 de março. Eu posso dizer com tranquilidade que o 31 de março foi vencido por nós, estudantes, deputado Javier; foi vencido por nós, sindicatos, deputado Waldenor; foi vencido pelo presidente Lula, pelo governador Wagner, que tem uma Oposição que, infelizmente, está preocupada em tocar no nome da nossa primeira dama, quando não tem argumento para enfrentar o debate político, porque nunca teve projeto. Essa é a Oposição que não aprendeu a ser oposição, que precisa amadurecer no discurso para fazer o embate nesta Casa.

Ontem, estávamos comemorando o Polo Naval. Estamos comemorando, na Bahia, mesmo com a crise, abundantes investimentos para buscar a infraestrutura. Ontem, entregamos, mais uma vez, contratos para construção de 500 quilômetros de estrada. E, no dia a dia, este governo vem azeitando, com muito mais vigor, a máquina administrativa do Estado.

Portanto, senhoras e senhores presentes a esta Casa, que não nos falte maturidade e, nesta votação, o entendimento de que a Bahia é outra, o Estado é outro. Trinta e um março é para ser lembrado, e não para ser comemorado como a data em que o trem da alegria passou, porque o trem da alegria não passou, não vai passar, entretanto a alegria da democracia estará sempre presente a esta Casa.

Viva a Bahia! Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista que há sobre a Mesa um requerimento, com 21 assinaturas, solicitando de V. Ex^a a convocação de uma sessão extraordinária, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para continuação da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

(O Sr. 1º Secretario *ad hoc*, deputado Aderbal Fulco Caldas, procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 18 Srs. Deputados.

Lembramos aos Srs. Deputados que haverá, dois minutos após o encerramento desta, uma sessão extraordinária para votar os projetos de lei 17.713/2008, 17.840/2009 e 17.813/2009.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*